



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

Processo Seletivo Público para
Estagiários de Direito – 2023

GRADUAÇÃO

CADERNO DE PROVAS

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--	--

Recife, 4 de junho de 2023

INSTRUÇÕES

As instruções contêm informações indispensáveis à realização da prova. Não deixe de lê-las.

1. Este caderno de provas contém as 30 questões que compõem a **Prova Objetiva**, das quais 6 de **Direito Constitucional**, 6 de **Direito Administrativo**, 6 de **Direito Penal**, 6 de **Direito Processual Penal** e 6 de **Direito Processual Civil**. Ele contém igualmente o espaço para a **Prova Dissertativa (Subjetiva)** e duas folhas para rascunho (as quais são de utilização **opcional**).

2. Na hipótese de o caderno estar incompleto ou com qualquer defeito formal, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal mais próximo que o substitua. **Não** serão deferidos recursos baseados em defeitos formais do caderno de prova.

3. Se o(a) candidato(a) considerar que determinada questão apresenta qualquer defeito de conteúdo, deverá dela recorrer no prazo previsto no Edital nº 01, de 10 de abril de 2023. **Não** será prestado, durante a realização da prova, esclarecimento algum relativamente a defeitos dessa natureza ou quanto à interpretação dos comandos e dos itens das questões.

4. É vedada a consulta e a utilização de livros, códigos, legislação, anotações ou qualquer outro material, bem como a comunicação com qualquer pessoa que não os fiscais que estarão atuando na aplicação da prova de seleção.

5. É vedada a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a prova, inclusive telefone celular, que deverá ser desligado e guardado em recipiente próprio fornecido pela comissão do concurso.

6. A duração da prova é de **3 horas** improrrogáveis, **incluído** o tempo para preenchimento do número de inscrição, da folha de respostas e da Prova Dissertativa, e caso seja usada, da folha de rascunho. Ao final desse tempo, o(a) candidato(a) que não entregar **imediatamente** o caderno de provas será considerado desistente da seleção.

7. O(A) candidato(a) **não** deverá identificar-se em nenhum lugar do caderno de provas ou da folha de respostas a não ser naquele expressamente destinado a tal fim e **não** deverá assinar ao final da Prova Dissertativa.

8. As questões da **Prova Objetiva** apresentam cinco alternativas, das quais apenas uma deverá ser marcada, conforme as instruções de cada comando.

9. Compete **unicamente** ao(a) candidato(a), sob sua **exclusiva** responsabilidade, marcar as respostas da **Prova Objetiva** nas quadrículas da folha de respostas, que será o **único** documento considerado para correção. Serão consideradas **incorretas** marcações **duplas, rasuradas** ou **emendadas**. **Não** haverá, em hipótese alguma, substituição da folha de respostas em razão de erro do(a) candidato(a).

10. O(A) candidato(a) deverá utilizar caneta esferográfica **azul ou preta** para efetuar as marcações no cartão de respostas. As quadrículas desejadas poderão ser completamente preenchidas, sem que seus limites sejam ultrapassados. E, em hipótese alguma, deve ser utilizado corretivo líquido, em fita, ou qualquer outra forma de correção de marcação.

11. O **número de inscrição** do(a) candidato(a) deverá ser grafado na folha de respostas na seção correspondente, com caneta **azul ou preta**.

12. A **Prova Dissertativa** deverá ser feita com letra **legível** em tinta **azul ou preta**. Porções ilegíveis **não** serão consideradas na correção, podendo, portanto, prejudicar a avaliação da prova. A identificação deverá ser **exclusivamente** pelo número de inscrição no espaço correspondente.

13. A não observância de qualquer uma destas instruções poderá acarretar a **exclusão** do(a) candidato(a) da seleção.

BOA SORTE!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2023

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

Indique a opção CORRETA sobre o estatuto constitucional do Ministério Público:

(A) Cabe ao Ministério Público exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, vedada a consultoria jurídica de entidades públicas, mesmo quando atinente à defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos.

(B) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, além da assistência jurídica aos necessitados para a defesa de direitos coletivos.

(C) O Ministério Público no Brasil divide-se em Ministério Público da União, abrangendo os ramos do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar, com atuações nacionais; e Ministério Público dos Estados e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, abarcando os respectivos ramos ministeriais que atuam em cada uma dessas unidades federativas.

(D) A organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público serão estabelecidos em leis complementares, de iniciativa exclusiva dos respectivos procuradores-gerais.

(E) O Ministério Público tem a função institucional de promover, privativamente, o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

QUESTÃO 02

Indique a opção CORRETA sobre o estatuto constitucional dos juízes federais e Tribunais Regionais Federais:

(A) Compete ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região julgar os conflitos de competência entre juízes federais e juízes estaduais com sede nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, que integram a 5ª. Região.

(B) Compete aos juízes federais processar e julgar as causas civis em que a União for interessada, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, incluídas as de falência de sociedade de economia mista mantida pela União.

(C) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes militares cometidos a bordo de navios ou aeronaves de entidades federais.

(D) Em relação às causas envolvendo o rio São Francisco, não compete ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região julgar os conflitos de competência entre os juízes federais sediados em Pernambuco e na Bahia, de regiões jurisdicionais diversas.

(E) Compete ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região julgar, em grau de recurso as causas civis e criminais oriundas, exclusivamente, de órgãos da Justiça Federal da respectiva região, ressalvada sempre a competência da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 03

Indique a opção CORRETA sobre os direitos políticos previstos no capítulo IV do Título II da Constituição Federal:

(A) A fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício de mandatos, serão cassados os direitos políticos de gestores, nos casos de condenação por crime ou improbidade administrativa.

(B) Por conta do princípio constitucional da publicidade, qualquer pessoa poderá ter acesso à ação de impugnação do mandato proposta na Justiça Eleitoral.

(C) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos, vedado o alistamento, na condição de eleitores, aos estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos.

(D) A lei que alterar o processo eleitoral em eleições municipais entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição municipal que ocorra até seis meses da data de sua vigência.

(E) Serão realizadas concomitantemente às eleições as consultas populares sobre questões aprovadas pe-

lo Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

QUESTÃO 04

Indique a opção CORRETA sobre os controles de constitucionalidade e de legalidade exercidos, respectivamente, pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça:

(A) Uma vez declarada pelo Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder Legislativo para a adoção das providências necessárias, em trinta dias.

(B) No recurso extraordinário, o Ministério Público Federal, mesmo quando atuar como fiscal da lei, tem de demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso.

(C) As decisões definitivas de mérito, proferidas por 2/3 dos membros do STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais Poderes da República, nas esferas federal, estadual e municipal.

(D) Compete ao STJ julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar emenda à Constituição, tratado, ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

(E) Compete ao STJ julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança concedidos ou denegados em única instância pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

QUESTÃO 05

Indique a opção CORRETA sobre os direitos e garantias do art. 5º da Constituição Federal:

(A) O exercício individual da liberdade de fazer ou deixar de fazer depende de previsão em norma da Constituição ou da lei.

(B) Nos casos de ofensa decorrente da livre expressão da manifestação do pensamento, é garantido o direito de resposta ao ofendido, sem limitação, se exercido imediatamente.

(C) Em razão da laicidade do Estado, a assistência religiosa não pode ser realizada em entidades públicas de internação coletiva.

(D) As Forças Armadas podem cadastrar entidades civis de caráter paramilitar, como forças auxiliares, para atuar em situações de calamidades e catástrofes.

(E) Em tempo de paz, qualquer pessoa pode entrar no território nacional, podendo o Poder Público limitar a entrada de certos tipos de bens, nos termos da lei.

QUESTÃO 06

Indique a opção CORRETA sobre as ações constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e ação popular – previstas na Constituição Federal:

(A) Cabe habeas corpus quando alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, ainda que potencial, por ilegalidade ou abuso de poder.

(B) Cabe a Justiça Federal processar e julgar mandado de segurança, desde que o ato seja exclusivamente de autoridade pública federal.

(C) O habeas data tem como objetivo assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, devendo a retificação dos dados ser objeto de mandado de segurança contra o responsável por tal repositório.

(D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo, exclusivamente, ao patrimônio público e à moralidade administrativa, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

(E) Cabe aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar os habeas corpus impetrados contra os atos do próprio Tribunal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 07

Acerca da organização do Estado, assinale a alternativa que traz o tratamento correto acerca do Ministério Público.

(A) O Ministério Público consiste em pessoa jurídica autônoma, possuindo, por consequência, personalidade jurídica própria.

(B) O Ministério Público é órgão integrante da estrutura do Poder Executivo, sendo-lhe subordinado, por tal razão.

(C) O Ministério Público, por não possuir personalidade jurídica própria, não celebra seus próprios contratos para o atendimento de suas necessidades materiais, necessitando da atuação do Poder Executivo.

(D) Tendo em vista que o Brasil adotou a tripartição dos Poderes, o Ministério Público não é considerado um Poder, condição que impede o reconhecimento de sua autonomia.

(E) O Ministério Público, embora, a rigor, não possua personalidade jurídica própria, é órgão autônomo, não estando subordinado a nenhum dos Poderes.

QUESTÃO 08

Suponha que determinado órgão integrante da estrutura do Poder Executivo Federal tenha efetuado contratações de servidores sem concurso público. Em tal hipótese:

(A) Em qualquer caso, o gestor será responsabilizado, por violar a regra do concurso público, que possui sede constitucional.

(B) Caso fique preenchido o suporte fático do permissivo constitucional, complementado pela regulamentação legal, é possível reconhecer a juridicidade da conduta.

(C) Caso a contratação tenha sido de servidores celetistas, o gestor terá agido regularmente, já que a regra do concurso é aplicável apenas aos servidores estatutários.

(D) Caso o MPF entenda que a conduta foi irregular, deverá remeter os autos ao MP estadual, já que seria deste a atribuição para agir no presente caso.

(E) Caso já tenha transcorrido lapso temporal superior a 3 (três) anos, a contratação restará estabilizada, em virtude da concretização do prazo decadencial.

QUESTÃO 09

Sobre a Lei nº 8.429/1992, indique a alternativa correta.

(A) A finalidade precípua da Lei de Improbidade Administrativa é resguardar o patrimônio público, consistindo em instrumento que tem como escopo máximo viabilizar a reparação civil.

(B) A Lei de Improbidade não confere proteção, em hipótese alguma, contra atos de improbidade praticados em desfavor de pessoas jurídicas de direito privado não integrantes da estrutura da Administração Indireta.

(C) O conceito de agente público, para os fins da lei em comento, é de notória amplitude.

(D) Com a recente reforma, apenas os atos tipificados na própria Lei nº 8.429/1992 podem configurar atos de improbidade administrativa.

(E) O agente público pode ser enquadrado em tipo previsto na lei, desde que atue com dolo ou culpa.

QUESTÃO 10

Suponha que a União tenha efetuado a desapropriação de bem de um município. Assinale a alternativa correta, considerando o teor do Decreto-Lei nº 3.365/1941 e as atribuições do Ministério Público.

(A) O ato de desapropriação é inválido, diante da igualdade existente entre a União e os municípios.

(B) Caso exista algum vício no ato de desapropriação, a exemplo de desvio de finalidade na conduta da autoridade que praticou o ato, a atribuição para agir será do Ministério Público Estadual, e não do MPF, em virtude de a entidade lesada ser um município, e não a União.

(C) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.

(D) O Decreto-Lei nº 3.365/1941 não foi recepcionado pela Constituição Federal, razão pela qual não serve de parâmetro para a análise.

(E) Tendo em vista que a desapropriação envolve entes públicos, a intervenção ministerial é obrigatória.

QUESTÃO 11

Acerca do poder de polícia, indique a alternativa correta.

(A) A Polícia Militar não pode exercer poder de polícia, apesar de a sua terminologia indicar o oposto.

(B) Caso a União cobre taxa pelo exercício do poder de polícia, o Ministério Público deverá atuar, já que o poder de polícia deve ser custeado pela receita advinda de impostos.

(C) Ao ser parado em uma blitz de trânsito, o particular está sendo submetido ao poder de polícia.

(D) O poder de polícia é exercido apenas pela União e pelos Estados, na medida em que os municípios não possuem órgãos de segurança pública, nos termos da Constituição.

(E) A Constituição Federal conceitua o poder de polícia como a atividade de segurança pública exercida pelas Polícias Militares dos Estados, pelas Polícias Civis dos Estados e pela Polícia Federal.

QUESTÃO 12

Marque a alternativa correta, nos termos da Lei nº 9.784/1999

(A) O processo administrativo deve ser iniciado sempre a pedido do interessado, diante do princípio da inércia.

(B) A competência para a prática de um ato pode ser renunciada por uma autoridade em favor de outra, caso a conduta se harmonize com o princípio da eficiência da atividade administrativa.

(C) Verificando que um ato se tornou inoportuno, o agente público deve anulá-lo.

(D) A regra é que os recursos administrativos tenham efeito suspensivo, tal como sucede com o recurso de apelação, previsto no Código de Processo Civil.

(E) Não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo

DIREITO PENAL**QUESTÃO 13**

ASSINALE A OPÇÃO CORRETA

(A) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por relativa impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.

(B) O crime é culposo quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

(C) O crime é doloso quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

(D) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

(E) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, jamais responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.

QUESTÃO 14

ASSINALE A OPÇÃO CORRETA

(A) O princípio da legalidade constitui uma real limitação ao poder estatal de interferir na esfera das liberdades individuais.

(B) A Medida Provisória, mesmo antes de sua aprovação pelo Congresso, pode instituir crime e pena criminal.

(C) Pelo princípio da legalidade, a exigência da lei prévia e estrita impede a aplicação, no Direito Penal, da analogia in bonam partem (analogia em favor do réu), mas não obsta a aplicação da analogia in malam partem (analogia contra o réu), desde que justificado pelo magistrado.

(D) Legalidade não é princípio aplicável ao direito penal.

(E) Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

QUESTÃO 15

CONSIDERA-SE TEMPO DO CRIME

(A) O momento da conduta.

(B) O momento da produção do resultado.

(C) Tanto o momento da conduta como o do resultado, nos crimes culposos.

(D) O momento da ação ou da omissão, salvo nos crimes dolosos.

(E) Tempo do crime é aquele fixado pelo juiz no momento da sentença.

QUESTÃO 16

A ABOLITIO CRIMINIS

(A) Dá-se quando a lei penal mais severa não retroage;

(B) Significa que a lei antiga possui ultra-atividade, desde que mais severa ou mais benigna;

(C) Constitui fato jurídico extintivo da punibilidade;

(D) É um instituto jurídico abolido com a Proclamação da República.

(E) Todas as assertivas anteriores são falsas.

QUESTÃO 17

NO CASO DE PRÁTICA DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO PARA FRAUDAR A PREVIDÊNCIA SOCIAL, RESOLVE-SE O CONFLITO APARENTE DE NORMAS COM A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA:

(A) alternatividade.

(B) consunção.

(C) especialidade.

(D) subsidiariedade.

(E) lei penal mais benigna.

QUESTÃO 18

UM EXEMPLO DE CRIME PERMANENTE:

a) a prostituição.

b) a vadiagem.

c) o homicídio.

d) o ato de pensar, por vários dias, em matar o presidente da República.

e) expor à venda ou ter em depósito, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, drogas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**QUESTÃO 19**

Considerando os princípios do Processo Penal, assinale a opção correta:

(A) O princípio da legalidade é aplicável apenas ao campo do Direito Penal, não ao Direito Processual Penal.

(B) O princípio da verdade real, que busca recuperar os fatos com a maior precisão possível, não autoriza, em regra, uso de provas ilícitas.

(C) Na busca da verdade real, o juiz deve agir de forma vigorosa e tomar a iniciativa de produção de todas as provas cuja obtenção seja possível.

(D) Se um processo criminal for extraordinariamente importante, é apropriada a criação de uma vara apenas para julgá-lo, pelo tribunal respectivo.

(E) Em virtude do princípio do contraditório, a juíza de um processo não pode, em hipótese alguma, decidir antes de ouvir as partes.

QUESTÃO 20

Acerca da ação penal, assinale a opção correta.

(A) A ação penal pode, em alguns casos, iniciar-se por petição oferecida por um cidadão ou cidadã, devidamente representado por advogado.

(B) Denomina-se "queixa-crime" a petição inicial da ação penal iniciada pelo Ministério Público.

(C) Uma vez oferecida acusação formal pelo Ministério Público, a ação penal deve iniciar-se e obrigatoriamente seguir até sentença de mérito, que aprecie os fatos objeto da acusação, para declarar a inocência ou culpa do réu.

(D) Quando o Ministério Público recebe investigação e constata haver indícios de crime, deve promover a ação penal, por força do princípio da oportunidade.

(E) Se durante o processo penal, uma membro do Ministério Público verificar que o réu é inocente, deve desistir da ação.

QUESTÃO 21

Em relação à competência da Justiça Federal, assinale a opção correta.

(A) Qualquer crime contra a vida de servidor público federal deve ser julgado pela Justiça Federal.

(B) Crimes de prefeitos municipais devem ser julgados pelo tribunal regional federal de sua região.

(C) Compete à Justiça Federal, em regra, julgar crimes contra o patrimônio da Caixa Econômica Federal.

(D) Todo crime de tráfico ilícito de drogas deve ser julgado pela Justiça Federal.

(E) Cabe à Justiça Federal julgar as contravenções penais que afetem o serviço público da União.

QUESTÃO 22

Relativamente à prova no processo penal, assinale a opção correta.

(A) Toda a normatização jurídica relevante acerca da prova no processo penal se encontra no Código de Processo Penal.

(B) De acordo com a regra da "verdade sabida" ou do "fato notório", um juiz ou juíza criminal pode condenar determinado acusado, ainda que não haja prova consistente produzida pelo Ministério Público.

(C) Produzir prova de todos os fatos arguidos pelas partes em ação penal é ônus do Ministério Público.

(D) Exame de corpo de delito é a espécie de prova cabível apenas nos casos de crimes sexuais e de crimes contra a vida.

(E) No processo penal, o interrogatório do acusado também é meio de prova.

QUESTÃO 23

No que se refere à prisão, assinale a opção correta.

(A) Apenas a polícia criminal pode realizar prisões.

(B) Por força do princípio do contraditório, antes de o juiz decretar a prisão de alguém, deve intimá-lo para se manifestar previamente, se não for caso de flagrante delito.

(C) Para segurança das forças de segurança pública e da população, a execução de ordem de prisão deve ser feita, em princípio, com uso de algemas.

(D) Prisão preventiva somente pode ser ordenada por autoridade judicial e possui caráter excepcional.

(E) Para garantia da ordem pública e da instrução processual penal, a prisão preventiva deve manter-se até o advento da sentença.

QUESTÃO 24

No que diz respeito ao habeas corpus, assinale a opção correta.

(A) Habeas corpus liberatório é aquele que visa a obter liberdade em favor de alguém que sofra restrição ilegal à sua locomoção, antes ou depois de consumada a restrição.

(B) O pedido de habeas corpus possui natureza de recurso, a ser interposto contra o ato possivelmente ilegal no prazo de até 15 dias.

(C) Não cabe habeas corpus contra ato de delegada de polícia, apenas contra membros do Poder Judiciário.

(D) É juridicamente possível impetração de habeas corpus com a finalidade de trancar (extinguir) ação penal, se o processo contiver defeitos graves.

(E) No habeas corpus, paciente é a denominação da pessoa que pratica o ato indicado como ilegal e contra a qual se dirige a impetração.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa correta:

(A) a incompetência absoluta do juízo não pode ser decretada de ofício;

(B) apesar da previsão constitucional do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, o juiz cível brasileiro pode deixar de decidir se constatada lacuna ou obscuridade no ordenamento jurídico;

(C) no caso da existência de litisconsórcio necessário, a citação de todos esses litisconsortes é obrigatória;

(D) o novo CPC permitiu o julgamento surpresa para garantir a celeridade processual;

(E) a arbitragem e a ação rescisória são substitutivos da jurisdição.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa incorreta:

(A) os regimentos internos dos tribunais têm liberdade limitada para o estabelecimento das suas competências administrativas e jurisdicionais;

(B) o princípio da inércia jurisdicional dispõe que a relação processual começa mediante provocação da parte;

(C) o requisito da capacidade postulatória admite exceções previstas em lei;

(D) nas ações em que intervém porque há interesse de incapaz, o Ministério Público Federal sempre tem a qualidade de parte;

(E) em caso de litisconsórcio, como regra, todos os litisconsortes devem ser intimados dos atos do processo.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa incorreta:

(A) o Ministério Público tem prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, nos termos do art. 180, caput, do CPC;

(B) há litisconsórcio unitário quando o juiz tiver que decidir a lide de modo uniforme para as partes envolvidas;

(C) os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos, podendo ser proferidos oralmente;

(D) segundo a processualística civil em vigor, não haverá resolução de mérito quando o juiz constatar a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada;

(E) denomina-se acórdão o julgamento colegiado proferido nos tribunais

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa incorreta:

(A) as regras de competência estão previstas na Constituição Federal, no Código de Processo Civil e nas leis de organização judiciária, mas não exclusivamente;

(B) ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico;

(C) os atos meramente ordinatórios independem de despacho/ordem do juiz, devendo ser praticados pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário;

(D) segundo a processualística civil em vigor, haverá resolução de mérito quando o juiz decidir sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(E) a preempção é pressuposto processual extrínseco e positivo.

QUESTÃO 29

Quanto à disciplina dos recursos, assinale a alternativa incorreta:

(A) os recursos são meios endógenos de impugnação de decisões judiciais;

(B) a sentença é pronunciamento com evidente caráter decisório, hábil a causar prejuízo jurídico às partes, sendo atacável via apelação e, nas hipóteses legais, também via embargos de declaração;

(C) o denominado "juízo de retratação", no nosso direito processual civil, é possível no agravo de instrumento;

(D) o recurso extraordinário não admite o reexame de prova nem dispensa o prequestionamento;

(E) o novo CPC extinguiu o juízo de admissibilidade realizado pelo tribunal ad quem.

QUESTÃO 30

Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

(A) o prazo prescricional para o ajuizamento da rescisória é de 2 (dois) anos;

(B) a decisão de mérito, passada em julgado, é rescindível quando se verificar que foi proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;

(C) a decisão de mérito, passada em julgado, é rescindível com fulcro na má apreciação da prova pelo juiz do caso;

(D) a verificação de que a decisão de mérito, passada em julgado, foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz não dá causa à sua rescisão;

(E) seu pedido tem natureza desconstitutiva quanto ao juízo rescisório, podendo o juízo rescindendo ser de natureza constitutiva, condenatória ou meramente declaratória



